

magistério com o auxílio insubstituível que o Latim proporciona aos que ensinam a língua pátria. Na verdade, até hoje ainda não encontrei ninguém que se dissesse arrependido por te aprendido um pouco de Latim.

Em vez disso, alguns professores um tanto ofuscados pelos progressos da Lingüística moderna ensinam aos seus alunos línguas abstratas, como se as línguas fossem meramente um jogo de relações sem qualquer conteúdo histórico-cultural. Na verdade, o ensino da Lingüística deve basear-se no conhecimento das línguas historicamente atestadas (não há línguas “naturais”) e não em códigos artificialmente elaborados. E nesse particular, como diziam os antigos, ninguém leva as lampas do Latim.

Vê-se, pois, que o desatinado Ministro Luigi Scalfaro é um tonto desenraizado. Merece os apodos que lhe deram. Mais *à la page* seria, por exemplo, incluir obrigatoriamente no currículo das escolas secundárias de seu país Erotomania ou qualquer outra ciência congênere.

[Carta aos leitores]

(*Jornal do Brasil*, 13/08/1972)

*

Camões nas escolas

É afirmação cediça, embora jamais comprovada, a de que foi a análise lógica que tornou sensaborão *Os Lusíadas* nas escolas. O juízo contrário seria mais fácil de deglutir.

Com efeito, o texto da gloriosa epopéia é sabidamente vazado nos moldes clássicos. Períodos por vezes longos, inversões freqüentes, sintaxe figuradas são obstáculos, sem dúvida, para um perfeito entendimento do poema. Daí a necessidade de comentários, que sirvam de guia por entre o emaranhado de construções não usuais.

Evidentemente o Poeta não pretendeu burlar-se do leitor. Escreveu à maneira da época, valendo-se dos modismos e vocábulos então vigentes, a que a sua invulgar cultura literária emprestou brilho e densidade raros. Analisar, isto é, descodificar a mensagem em termos lingüísticos (para usarmos de linguagem mais ao sabor dos contemporâneos), só poderia, portanto, contribuir para clarificar a trama dos versos e, portanto, tornar o texto mais assimilável. A análise lógica e sintática das estrofes é, pois, o pressuposto necessário para mergulhos quiçá mais profundos na tessitura do poema.

Não me parece, pois, que a análise lógica tenha sido a grande inimiga do poema. O que aconteceu, e que o tempo só fez agravar, foi o desgosto da cultura

clássica. Ou talvez da cultura propriamente dita. Porque cultura é, na essência, saber desinteressado. À proporção que foi ela cedendo lugar ao saber interessado, isto é, posto a serviço do decantado fator econômico, foi também restringindo-se e encastelando-se. Converteu-se em “alta cultura”. Quer dizer, constituiu-se no ônus de uma minoria que renunciou às benesses do mundo para melhor contemplar a gratuidade do conhecimento.

Por conseguinte os que foram em busca do velocino de ouro fizeram-no *sponte sua* e, se se afastaram das fontes do Belo e da Verdade, assim agiram porque preferiram o Útil e isso, obviamente, nada tem que ver com a malsinada análise lógica. Tanto mais, quanto, hoje em dia, sob as vestes sofisticadas de árvores e símbolos formais, está a análise lógica a rir-se despidoradamente de seus incautos detratores.

Mas nada melhor que o exemplo para conferir. Tomemos de uma das formosas estrofes do poema (VI, 64) os seguintes versos:

O coração no peito, que estremece:
De quem os olha, se alvoroça e teme:
(Mantivemos a pontuação da edição **princeps**)

Numa primeira leitura, a compreensão do período se faz obscura. “O peito que estremece de quem os olha?” Que quererá dizer isso? No entanto, se esclarecermos que o adjunto “no peito” deve ser deslocado para a oração seguinte, tudo se desanuvia. O texto então fica assim estruturado: “O coração que estremece no peito de quem os olha se alvoroça e teme”.

Contudo compreende-se que fique bailando a interrogação: “Mas que direito terá o escritor de violar as regras da gramática?” E aqui é onde entra a cultura.

Linguagem não é só gramática. Principalmente a linguagem literária, em especial, na sua forma poética. As regras da gramática valem escoteiramente para o chamado “discurso neutro”, isto é, para aquele que se limita a servir de veículo à transmissão de idéias. Mas linguagem não é apenas matéria através da qual escoia o pensamento; é também **forma**, forma de pensar e de sentir. E, enquanto forma, é arte; precisamente “arte da palavra”.

As artes são meios de expressão que procuram atingir a inteligência e a sensibilidade valendo-se de suportes físicos para a comunicação. Na música, os sons; na pintura, as cores; na dança, os gestos. Na Literatura, essa matéria é a palavra. A palavra, então, constitui-se em algo com vida própria, sujeita agora aos cânones de outras disciplinas que não a Gramática, definidamente a Retórica e a Poética. E conhecimento de Gramática, Retórica, Poética é uma das faces da Cultura.

Retornemos, pois, ao dístico camoniano e ao questionamento do direito do poeta em violar as regras da Gramática.

É claro que nem o vate lusitano nem nenhum de nós pode (nem deve) violar as regras gramaticais. Mas a Retórica e a Poética (valores mais altos) têm razões que a Gramática desconhece. No caso da feitura de versos, é preciso contar com a rima, com a métrica, com o ritmo, com a expressividade verbal, enfim. Demais, no caso presente, não houve, a rigor, nenhuma infração da regra gramatical, pois, em nossa língua, as inversões são perfeitamente toleráveis (*Nasce o Sol, Em Portugal comprei bons livros, Dos ricos a fortuna não invejo*, etc.). Essa liberdade de colocação é mais livre no verso, e o limite é antes o da *aceitabilidade* do que o da *gramaticalidade*, para falar como certos lingüistas modernos.

No exemplo citado, arrimando-nos à Retórica, vemos ter Camões usado de uma *figura de palavra* pertencente à *elocutio*. Trata-se de um caso de *transmutatio* ou *transposição*. Mais especificamente, de um *hipérbato*, que Lausberg assim define: “separação de duas palavras (ou de dois termos da oração, acrescentamos nós) que sintaticamente estão em íntima ligação, por meio da interposição de um membro de frase que não pertencia diretamente àquele lugar”.

A ocorrência não é isolada nos *Lusíadas*. Em II, 91, temos, p. ex.: “A grita se alevanta ao céu da gente” por “A grita da gente se alevanta ao céu”. E, em V, 60:

Eu, levanto as mãos ao santo coro
 Dos anjos, que tão longe nos guiou,
 A Deus pedi que removesse os duros
 Casos que Adamastor contou futuros.

Entenda-se “os duros casos futuros que Adamastor contou”.

(*Voz de Portugal*)

Suplemento Camões – 13/6/80)

*

Burla no ensino

Em editorial de 9/2/81, feriu o JB um tema de grave e urgente interesse em matéria de ensino: o da tentativa de profissionalização do chamado 2.º grau (na verdade de todo o antigo ensino secundário, ou seja, o 1.º grau 2.º estágio e todo o 2.º). Diz o editorialista com a pena e a tinta da verdade: “A lei 5.692,